RELGES

RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO DE 2017

(Lei Municipal nº 2.415/2013)

(Lei Municipal nº 2.435/2013)

Com âncoras nos dispositivos legais: artigo 74 da Constituição Federal, art. 59 da Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 621/2012 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo) e Lei Municipal nº 2.415/2013 e Lei 2.435/2013, a Controladoria Interna apresenta **RELATÓRIO ANUAL** sobre as atividades desempenhadas no **EXERCÍCIO DE 2017**:

Outrossim, a responsabilidade do Controle Interno é verificar:

- I - A legalidade dos atos de arrecadação da receita e realização da despesa;
- II - A fidelidade dos agentes da administração responsáveis pelos bens e valores públicos; e
- III - O cumprimento do programa de trabalho do orçamento.

1 – BASE DE CÁLCULO ARITIMÉTICO PARA O DUODÉCIMO – ANO 2017:

RECEITAS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2016	ARRECADAÇÃO
RECEITA TRIBUTÁRIA	R\$ 4.666.309,61
Cota-Parte do FMP	R\$ 16.285.768,61
Cota-Parte do ITR	R\$ 59.563,79
ICMS Desoneração	R\$ 133.223,40
Cota-Parte do ICMS	R\$ 13.186.221,27
Cota-Parte do IPVA	R\$ 1.627.650,18
Cota-Parte do ICMS – FUNDAP	R\$ 866.221,23

Cota-Parte do IPI	R\$	425.624,00
Cota-Parte do CIDE	R\$	51.843,84
Contribuição para Custeio da Iluminação Pública	R\$	781.372,07
Multas e Juros – IPTU	R\$	7.719,89
Multas e Juros – ISS	R\$	27.387,69
Multas e Juros da Dívida Ativa – IPTU	R\$	77.876,30
Multas e Juros da Dívida Ativa – ISS	R\$	10.281,07
Receita da Dívida Ativa Tributária	R\$	139.221,50
TOTAL	R\$	38.346.284,45
Percentual de Repasse 7% (EC. 58/2009)	R\$	2.684.239,91
DUODÉCIMO 2017/ MÊS	R\$	223.686,66
FOLHA DE PAGAMENTO § 1º - ART. 29-A DA CF (70%)	R\$	156.580,66

Dispõe o artigo 29-A da Carta Federal:

Art. 2º O art. 29-A da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 29-A.
I - 7% (sete por cento) para Municípios com população de até 100.000 (cem mil) habitantes;
.....”

DUODÉCIMO REPASSADO EM 2017/ MÊS	R\$	220.000,00
TOTAL DO DUODÉCIMO/ ANO	R\$	2.640.000,00
FOLHA DE PAGAMENTO (§ 1º - ART. 29-A DA CF (70%))/ MÊS	R\$	154.000,00

1.1 – As verbas orçamentárias consignadas na Lei Orçamentária Anual (Lei nº 2.657, de 15 de dezembro de 2016, que “**ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE SANTA TERESA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017**”), conforme consta do controle específico encontra-se em SITUAÇÃO REGULAR.

1.2 – A Lei Orçamentária contém os programas e ações que estão previstos na LDO para 2017 e no PPA com referência a Unidade Câmara Municipal.

1.3 – As despesas com pessoal e seguridade social estão de acordo com os limites legais da Lei de Responsabilidade Fiscal, não indicando providências a serem tomadas, por estarem regulares.

1.4 – Duodécimo/ 2017: R\$ 2.640.000,00 (DOIS MILHÕES E SEISCENTOS E QUARENTA MIL REAIS).

1.4.1 – DESPESA COM FOLHA DE PAGAMENTO (2017) foi no montante de R\$ 1.309.346,45 (UM MILHÃO, TREZENTOS E NOVE MIL, TREZENTOS E QUARENTA E SEIS REAIS E QUARENTA E CINCO CENTAVOS).

PERCENTUAL GASTO EM 2017 foi de **49,59% (QUARENTA E NOVE INTEIROS E CINQUENTA E NOVE CENTÉSIMOS POR CENTO)** do repasse do Legislativo com a folha de pagamento. >>>>>> **PERCENTUAL INTEIRO: 49,5964564393%.**

VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS.

DOTAÇÃO 31901100000.

Orçado: R\$ 1.500.000,00 (UM MILHÃO, QUINHENTOS MIL REAIS).

ATÉ O PERÍODO: R\$ 1.309.346,45 (UM MILHÃO, TREZENTOS E NOVE MIL, TREZENTOS E QUARENTA E SEIS REAIS E QUARENTA E CINCO CENTAVOS).

2 - SUPLEMENTAÇÕES E ANULAÇÕES REALIZADAS:

MÊS	HISTÓRICO	ORÇADO	ATUALIZADO
VIGENTE	<u>SUPLEMENTAÇÃO</u>		

	<u>ANULAÇÃO</u>			
	<u>Suplementação/ Anulação</u>			

- A Programação Financeira e o Cronograma de Desembolso Anual é realizado através de autorização de pagamento e relatório de contas a pagar.
- O repasse financeiro para Câmara Municipal obedece a Emenda constitucional 025/2000, art. 29/A e Emenda Constitucional nº 58/2009.
- Os saldos financeiros, conciliação bancária e execuções orçamentária, financeira e patrimonial foram checados com Balancete de verificação do Razão.

3 - GESTÃO DE PESSOAL

- Consta em folha de pagamento:

Ano	Trabalhando (EXCETO VEREADORES)	Licença maternidade / <u>Médica</u>	Exonera- dos	Licença s/remuneração/Ces- são s/ônus	Cessão com ônus	Férias	Auxilio Doença (INSS)/ Acidente Trabalho
2017	* 24	-----	-----	-----	-----	-----	-----

>>> Lei nº 2.380/2013, de 8 de maio de 2013 criou o Cargo “Chefe de Gabinete” da Câmara Municipal de Santa Teresa.

>>> Lei Complementar nº 012/2017: “Cria o Cargo de Assessor de Comunicação da Câmara Municipal de Santa Teresa”.

* Legislatura 2017/ 2020: Número de vereadores: 11 (ONZE).

* **PROCESSO Nº 300/2017: RESCISÃO: APOSENTADORIA DA SERVIDORA LUCIANA ZAMPROGNO DALMACIO.**

4 - GESTÃO DO PATRIMÔNIO

Resumo das Atividades Realizadas:

- O patrimônio possui REGISTRO INFORMATIZADO DOS BENS (natureza, classe e identificador) que permite sua rápida localização, e está atualizado pelo setor responsável;
- O inventário físico é feito ao final do exercício e todos os bens estão cadastrados e identificados por etiquetas.
- Os bens patrimoniais da Câmara estão de acordo com o inventário.
- Controle de Movimentação de Almoxarifado, Patrimônio e Folha de Pagamento em SITUAÇÃO REGULAR.

5 - GESTÃO DOS REPASSES PELO EXECUTIVO:

- Resumo das Atividades Realizadas:

ANO	Total Duodécimo	Saldo para repasse (Inativos)	Valor Repassado
2017	R\$ 2.640.000,00	* R\$ 0,00	R\$ 2.640.000,00

- PENSÕES DO RPPS – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL: Em 2016 as Pensionistas foram incorporadas à Folha de Pagamento da Prefeitura Municipal de Santa Teresa/ES.

ANO	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	
2017	Prefeitura Municipal de Santa Teresa/ES.	
	Dezembro	TOTAL
	** R\$ 550.000,00	R\$ 550.000,00

**** PROCESSO Nº 538/2017.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA/ES. REFERENTE À DEVOLUÇÃO DE DUODÉCIMO NA IMPORTÂNCIA DE R\$550.000,00 (QUINHENTOS E CINQUENTA MIL REAIS). CHEQUE Nº 014041, CONTA BANCÁRIA Nº 7.861.578, AGÊNCIA 0158 (BANCO BANESTES/S/A).

6 - GESTÃO DAS COMPRAS

Resumo das Atividades Realizadas:

- Não existe cadastro de preços (Sistema de Registro de Preços).
- Os processos licitatórios são numerados, autuados e protocolados, e, quando solicitado pela Comissão de Licitação, é emitido Parecer do Controlador Geral.
- O prazo dos Editais é respeitado entre a publicação e a abertura dos envelopes.
- As minutas dos editais de licitação, bem como as minutas dos contratos são previamente examinadas e aprovadas pela Assessoria Jurídica da Câmara Municipal (Parágrafo Único do Artigo 38 da Lei nº 8.666/1993).
- O processo contém todos os documentos exigidos no art. 38 da Lei nº 8.666/1993.
- Os editais obedecem ao previsto no art. 40 da Lei nº 8.666/93.

7 – DIVERSOS:

Demonstrativo de Gastos com viagens (Passagens Aéreas). Arquivado no Setor de Contabilidade – DOTAÇÃO 33903300000:

MÊS/ ANO	VALOR
Maio/ 2017	R\$ 3.487,56
Junho/ 2017	R\$ 8.182,37
Novembro/ 2017	R\$ 1.971,80
Dezembro/ 2017	R\$ 1.646,01
TOTAL GERAL	R\$ 15.287,74

OBSERVAÇÕES:

- A Câmara Municipal publica no site www.camarasantateresa.es.gov.br, o andamento contábil da Câmara Municipal de Santa Teresa/ES, através do Portal da Transparência, por BALANCETES, CONTRATOS, LICITAÇÕES e RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL.
- A Câmara Municipal publica, mensalmente, no site www.camarasantateresa.es.gov.br, através do Portal da Transparência, LISTAGENS DE PAGAMENTOS.
- A Câmara Municipal publica, mensalmente, no site www.camarasantateresa.es.gov.br, Relatório Mensal de Gestão, por meio do link <http://www.camarasantateresa.es.gov.br/controladoria//pagina/ler/1036/relatorio-mensal>.

8 - ORÇAMENTO FISCAL:

A **LEI Nº 2.657/ 2016**, de 15 de dezembro de 2016, “ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE SANTA TERESA PARA O EXERCÍCIO

Novembro	R\$	10.790,03
Dezembro	R\$	10.790,03
TOTAL	R\$	114.350,41

9 – REPASSE IRRF – (PESSOAL CIVIL)

Nº	Banco	Conta	Descrição	Saldo
01	Banestes	3.204.765	IRRF	R\$ 51.845,21

10 – RETENÇÕES – ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES

SSMST – Sindicato dos Servidores Municipais de Santa Teresa.	R\$ 1.406,08
Partido Político	R\$ 1.200,00
TOTAL	R\$ 2.606,08

11 - RESTOS A PAGAR

A Câmara Municipal NÃO INSCREVEU VALORES EM RESTOS A PAGAR (R\$ 0,00), no ano de 2017.

12 – EMPENHOS e PROCESSOS:

>> Emitidos:

- **EMPENHOS: 330 (TREZENTOS E TRINTA) NOTAS DE EMPENHO numeradas de 0000001/2017 a 0000330/2017.**
- **PROCESSOS: 577 (QUINHENTOS E SETENTA E SETE) PROCESSOS numerados de 001/2017 a 577/2017.**

Os empenhos são emitidos previamente, estando supedaneados através de documentação anexa, para fins probatórios. O arquivamento dos empenhos encontra-se ordenado e de fácil acesso junto ao Setor Contábil. A forma de classificação está adequada. As notas fiscais estão inclusas nos processos. Todo processamento de compra é devidamente assinado por servidor responsável pelo feito.

13 - LIQUIDAÇÃO DA DESPESA

A liquidação das despesas está baseada em **DOCUMENTOS FISCAIS E OUTROS** que se encontram arquivados juntamente com os Empenhos no Setor Contábil.

14 - ATOS PESSOAIS

a) No presente ano, o Quadro de Pessoal do Poder Legislativo Municipal restou encerrado com 35 (trinta e cinco) membros, conforme abaixo especificado:

* 10	Efetivos
* 03	Comissionados (DO QUADRO EFETIVO)
11	Vereadores
**11	Assessores Parlamentares
**01	Motorista
**01	Chefe de Gabinete
**01	Assessor de Comunicação

b) Especificações:

- **Total Geral: 35.**
- Número de Servidores Efetivos: 10.
- * Dos 10 Servidores Efetivos, 03 estão ocupando cargos comissionados.
- * Nomeação do Contador por ato normativo interno (Portaria nº 010/2011).

- ** Os Assessores Parlamentares, Motorista, Assessor de Comunicação e Chefe de Gabinete, figuram como Cargos Comissionados.
- c) ** A frequência dos servidores é controlada através de registro em Livro de Ponto; a folha de pagamento é elaborada com embasamento nos dados ali contidos. Exceto os Cargos Comissionados;
- d) As gratificações são concedidas com base em legislação específica.

15 – DIÁRIAS:

As Diárias são concedidas com base na Resolução nº 001/2014 c/c 004/2014 e Resolução nº 003/2014, devidamente publicadas mensalmente no site da Câmara Municipal de Santa Teresa/ES (<http://www.camarasantateresa.es.gov.br/controladoria//pagina/ler/1037/relatorios-mensal-de-diaria>), a teor do artigo 11 da Resolução nº 001/2014:

DIÁRIAS CONCEDIDAS.
DOTAÇÃO 33901400000 – Diárias – Pessoal Civil:
Orçado: R\$ 150.000,00.
ANO: 2017 = R\$ 54.355,00.

RELAÇÃO DE DIÁRIAS ANO DE 2017.

JANEIRO	R\$ 2.101,40
FEVEREIRO	R\$ 961,80
MARÇO	R\$ 3.621,80
ABRIL	R\$ 3.445,40
MAIO	R\$ 18.926,60
JUNHO	R\$ 1.681,40
JULHO	R\$ 1.549,80
AGOSTO	R\$ 3.635,80
SETEMBRO	R\$ 1.660,40
OUTUBRO	R\$ 5.380,20

NOVEMBRO	R\$ 6.398,00
DEZEMBRO	R\$ 4.992,40
TOTAL GERAL DIÁRIAS – ANO 2017	R\$ 54.355,00

15 – ANÁLISE DE VALORES REPASSADOS AO INSS – INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL:

PATRONAL	R\$ 273.437,83
SEGURADOS	R\$ 129.277,97
TOTAL GERAL	R\$ 402.715,80
RPPS – Retenções sobre vencimentos e vantagens (IPAJM) (SEGURADO), conforme Boleto Bancário.	R\$ 1.631,84

- A contribuição previdenciária (PATRONAL E SEGURADO) está sendo recolhida em tempo hábil.
- A Câmara Municipal de Santa Teresa/ ES é regida pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS.
- **RPPS - EXCEÇÃO (EM 2017) AO VEREADOR CLÁUDIO GIOVANE PRANDO MILLI.**
- No que tange ao RPPS, a Câmara Municipal de Santa Teresa/ES procedeu o recolhimento mensal das contribuições em favor do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo IPAJM – Contribuição Patronal e Contribuição do Segurado Vereador Cláudio Giovane Prando Milli no exercício em análise (2017).
- O recolhimento se processa por intermédio de Boleto Bancário encaminhado mensalmente pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo IPAJM à Câmara Municipal de Santa Teresa/ES.
- A concessão de férias está sendo controlada conforme cronograma contábil, conferido e assinado pela Presidência da Câmara;
- A verificação das rotinas de pessoal tomou por base o Estatuto dos Servidores Públicos Municipal;
- Em 2017 a Câmara Municipal **NÃO AUTORIZOU** a realização de horas extras.

16 - GESTÃO DA DIREÇÃO GERAL E CONTABILIDADE

RESUMO DAS ATIVIDADES REALIZADAS:

- Os pagamentos são feitos pela Direção Geral, em sua maioria em cheques, ressalvadas algumas exceções em depósito, mediante a emissão prévia de Nota Fiscal;
- Os empréstimos em consignação se processam por débito em conta;
- Os pagamentos são feitos obedecendo à ordem cronológica;
- Os cheques são emitidos nominalmente, assinados pelo Presidente da Câmara Municipal e pela Diretoria Geral, conforme ato normativo interno (Portaria nº 007/2017);
- Existe controle dos cheques emitidos e cancelados;
- Antes do pagamento do empenho, faz-se conferência da sua liquidação e autorização para pagamento;
- É confeccionada a conciliação bancária mensalmente e repassada ao Controle Interno;
- Os registros contábeis são efetuados tempestivamente;
- A emissão do Relatório de Gestão Fiscal é tempestiva, com a publicação no Site da Câmara Municipal (<https://cmsantateresa-es.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx>) e no Átrio do Poder Legislativo, além da publicação no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo (artigo 54 e 55 da LC 101/2000).
- O Setor Contábil e/ou Direção Geral controla os créditos adicionais suplementares com antecipação à despesa que será realizada;
- Os documentos da despesa são arquivados junto ao Setor de Contabilidade.
- Os recursos financeiros destinados à Câmara Municipal são contabilizados como receita orçamentária;
- É encaminhada mensalmente à Prefeitura as informações contábeis (balancetes orçamentários e financeiros) para serem consolidadas na contabilidade geral do Município.

OBSERVAÇÃO: O Serviço de Controle Interno fez ANÁLISE nos Processos Contábeis e constatou que estão sendo seguidas as rotinas.

17 - ATOS OU FATOS INQUINADOS DE ILEGALIDADES OU IRREGULARIDADES REALIZADOS NO PERÍODO EM ANÁLISE.

Não foi constatado qualquer ato ilegal ou irregular no exercício financeiro do ano em análise.

18 – PROCESSOS INTERNOS:

18.1 - PROCESSO INTERNO CI N° 002/2016. TRAMITADO EM 2017.

ESPECIFICAÇÃO:

- ▶ **TRANSFERÊNCIA DE BENS MÓVEIS.**
 - Bens móveis considerados como ociosos, inservíveis, recuperável, irrecuperáveis e antieconômico para a repartição que detém sua posse ou propriedade, conforme Termo de Transferência e Recebimento de Bens Patrimoniais datado de 17/02/2017.

18.2 - PROCESSO INTERNO CI N° 001/2017

ESPECIFICAÇÃO:

- Termo de cessão de uso de bem público. Veículo oficial da Câmara Municipal de Santa Teresa/ES para uso exclusivo do Gabinete do Prefeito Municipal/ Secretários no período compreendido entre 04.01.2017 a 31.01.2017, conforme Termo de Cessão de Uso de Bem Público.

18.3 - PROCESSO INTERNO CI N° 002/2017

ESPECIFICAÇÃO:

- TRANSFERÊNCIA DO VEÍCULO DE PROPRIEDADE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA TERESA/ES, PARA O MUNICÍPIO DE SANTA TERESA/ES (PREFEITURA MUNICIPAL).

I - MARCA/ MODELO VW/ GOL 1.6 POWER, PLACA MRL 9094, INSCRITO NO CÓDIGO RENAVAM 00947694447 E CHASSI Nº 9BWCB05W98T121159, ANO FABRICAÇÃO/ ANO MODELO 2007/ 2008, COR PREDOMINANTE CINZA, REGISTRADO EM NOME DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA TERESA/ES, INSCRITA NO CNPJ 01.628.670/0001-10, CATEGORIA OFICIAL.

18.4 - PROCESSO INTERNO CI Nº 003/2017 (EM TRAMITAÇÃO)

ESPECIFICAÇÃO:

- TRANSFERÊNCIA DO VEÍCULO DE PROPRIEDADE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA TERESA/ES, PARA O MUNICÍPIO DE SANTA TERESA/ES (PREFEITURA MUNICIPAL).

I - MARCA/ MODELO GM/ ASTRA SEDAN ADVANTAGE, PLACA MSQ 5701/ ES, INSCRITO NO CÓDIGO RENAVAM 148890733 E CHASSI Nº 9BGTR69CO9B284161, ANO/ MODELO DE FABRICAÇÃO 2009/ 2009, COR PREDOMINANTE PRETA, REGISTRADO EM NOME DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA TERESA/ES, INSCRITA NO CNPJ 01.628.670/0001-10.

18.5 - PROCESSO INTERNO CI Nº 004/2017

COTAÇÃO DE PREÇO

ESPECIFICAÇÃO:

- Internet LINK DEDICADO de 50 Mbps, com fornecimento dos equipamentos em comodato necessários para conexão e disponibilização do serviço;
- Gerenciamento e atendimento 24 horas, durante os 7 dias da semana;
- Endereços de IPs fixos, 32 (trinta e dois);
- Acesso a transferência de dados ilimitados;
- Taxa de transferência de 1MB/ segundo (100% dedicado), sem limite de tráfego mensal e sem compartilhamento de banda no backbone;
- Instalação e configuração de roteador de acesso à rede;
- Fornecimento de toda infra-estrutura necessária para a disponibilização da conexão do link dedicado até o rack principal na sala de servidores, incluindo cabos, roteador gerenciado pela contratada;
- Garantia de nível de serviço, assegurando disponibilidade mínima anual de acesso de 99,6% e tempo máximo de resolução para problemas críticos de até 2h (duas horas);
- A conexão oferecida não poderá sofrer qualquer tipo de filtragem, bloqueio, traffic shaping ou qualquer outra prática que prejudique o desempenho do acesso ou comprometa a confidencialidade dos dados circulantes pela mesma;
- Suporte a VPN;
- Sem limites de conexões e seções simultâneas;
- Valor referente à assinatura mensal.

>> ANO DE VIGÊNCIA: 2018.

18.6 - PROCESSO INTERNO CI N° 005/2017

COTAÇÃO DE PREÇO

ESPECIFICAÇÃO:

- Contratação para prestação de capacitação, edição e gravação audiovisual das sessões ordinárias, solenes e demais atividades do Legislativo Municipal realizadas no Plenário.

>> ANO DE VIGÊNCIA: 2018.

19 - AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOS DIVERSOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DESTA CÂMARA MUNICIPAL

A Controladoria Interna considera que todos os serviços administrativos desta Câmara Municipal, até o momento, estão de acordo com as metas preconizadas para o período em referência.

Santa Teresa/ES, 23 de março de 2018.

Bruno Henriques Araújo
Presidente

Devacir Rasseli
Controlador Geral